



ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Resolução Administrativa TRT nº 154/2016
Data de instalação	2/1/2017
Data da última correição	1º/9/2019 a 31/7/2020
Período de correição	1º/9/2020 a 31/8/2021

Aos 28 dias do mês de setembro de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 25/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor foi recebido pelo Juiz substituto no exercício da titularidade, Alexandre Amaro Pereira, pelo Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos



pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/9/2020 a 31/8/2021** (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Adriana Sette da Rocha	1º/6/2017

Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Alexandre Amaro Pereira	15/10/2017

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **11** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adailton Oliveira da Costa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/6/2017
Antonio Wellington Pereira de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/6/2017
Carlos Antonio Cortes	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/6/2017
François Queiroz da Costa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	16/6/2016
Joao Geraldo Teixeira de Miranda Leite	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/6/2017
Joarez Luiz Manfrin	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/6/2017
Joel Melquiades da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	1º/6/2017
Josalbo Licarião Romão	Assistente III	1º/6/2017
Jose Francisco de Sousa	Técnico Judiciário – Calculista	1º/6/2017
Luciana Valenca Miranda Sa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/6/2017
Maria Eduarda Rodrigues de Lemos Paula Marques	Assistente de Juiz Titular	13/12/2018



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão das tarefas por faixa processual no PJE, respeitada a quantidade de processos à proporcionalidade das FCs exercidas pelos servidores, exceto para os assistentes dos magistrados, que respondem pelo acervo próprio, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

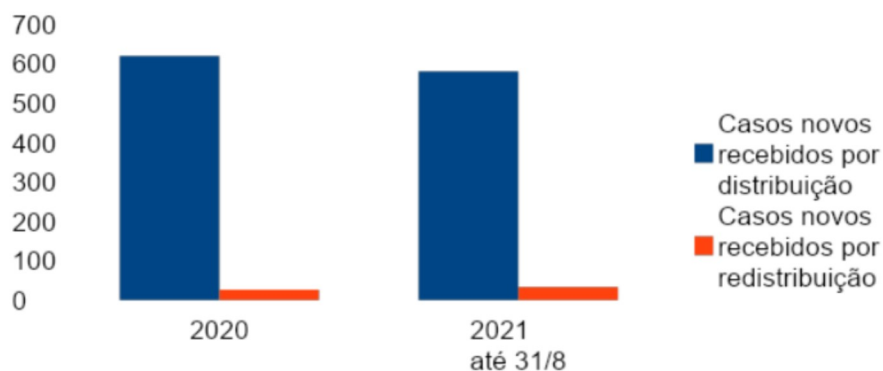
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/8/2021, um acervo processual de 1.614 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	908
Fase de liquidação	22
Fase de execução	677
Cartas precatórias e de ordem	7
TOTAL	1.614

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

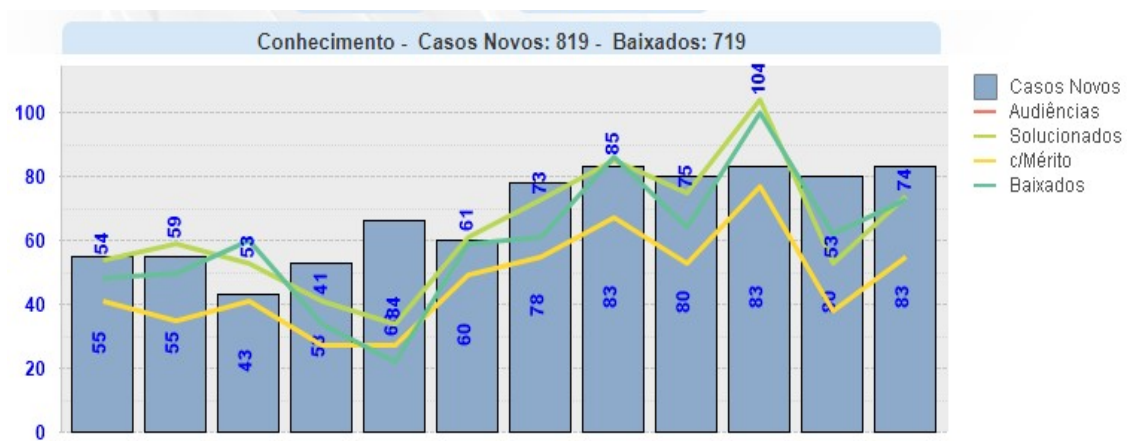
2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/8
Casos novos recebidos por distribuição	619	580
Casos novos recebidos por redistribuição	26	33
TOTAL	645	613



No período correicionado há registro de 07 processos recebidos com sentença reformada pela instância superior (0000391-79.2020.5.13.0029, 0000290-42.2020.5.13.0029, 0000350-15.2020.5.13.0029, 0000266-14.2020.5.13.0029, 0000206-41.2020.5.13.0029, 0000812-06.2019.5.13.0029 e 0000216-85.2020.5.13.0029).

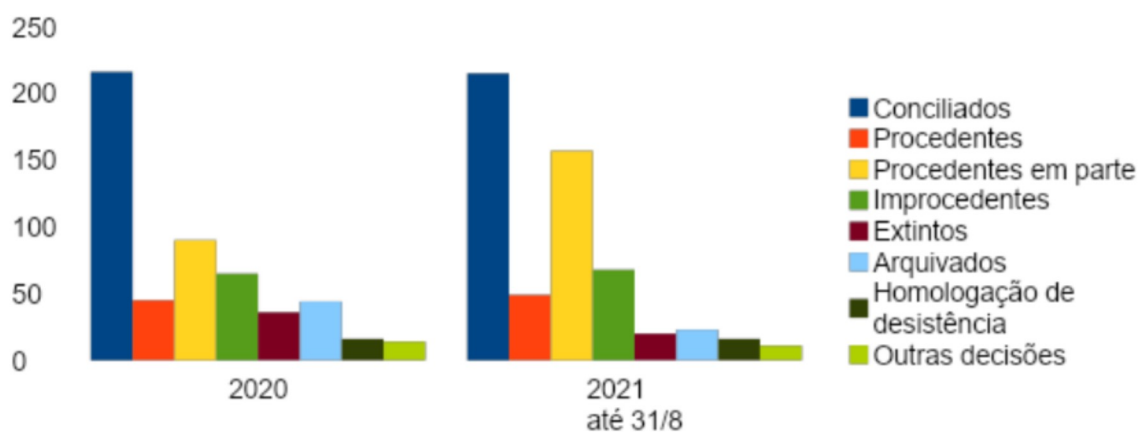
A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (setembro/2020 a agosto/2021):





2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2020	2021 até 31/8
Conciliados	216	215
Procedentes	45	49
Procedentes em parte	90	157
Improcedentes	65	68
Extintos	36	20
Arquivados	44	23
Homologação de desistência	16	16
Outras decisões	14	11
TOTAL	526	559

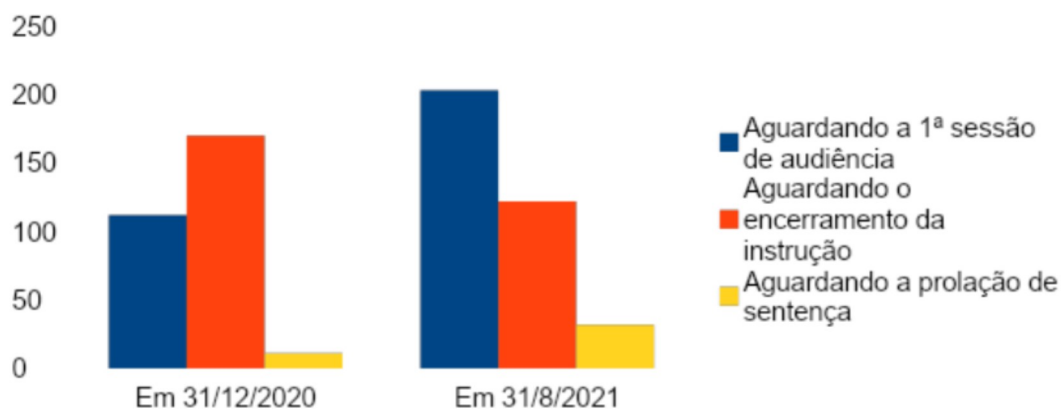


2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



Item	Em 31/12/2020	Em 31/8/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	112	203
Aguardando o encerramento da instrução	170	122
Aguardando a prolação de sentença	11	32
TOTAL	293	357



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 31/8	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	806	908	12,66%
Fase de liquidação	13	22	69,23%
Fase de execução	627	677	7,97%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.



Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Tipo Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	96	80	111	86	6
Conciliação em Conhecimento	12	7	22	15	25
Conciliação em Execução	15	27	22	19	12
Una	50	62	46	65	6
Instrução	43	35	48	54	99

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada está realizando audiências telepresenciais de conciliação, unas e instrução de segunda a sexta-feira, numa média diária de 06. As segundas e terças-feiras são reservadas ao acervo par da Juíza Titular, e as quartas e quintas-feiras para o acervo ímpar do Juiz Substituto. Nas sextas-feiras de dias pares no calendário, a pauta é do acervo par da Juíza Titular e, nos dias ímpares, do acervo ímpar do Substituto para audiências de conciliação e instruções semipresenciais e telepresenciais.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa



MÊS	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	11ª VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
09/20	61	44	51	88	41	51	83	32	74	102	60	42	64	57,58
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	66,75
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	109,25
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	69,92
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	22,17
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	75,67
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	98,53
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	99,92
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	117,08
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	118,83
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	107,5
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	132,17
TOTAL	1171	901	1522	1269	1541	897	1017	657	883	1146	850	1072	1125	1075,42

O número de audiências da vara correicionada está quase sempre acima da média das demais unidades da Jurisdição, sendo a 5ª que mais fez audiências em João Pessoa no período correicionado (09/2020 a 08/2021).

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2020	2021 até 31/8
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	68	81
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	80	109



Do ajuizamento até o encerramento da instrução	97	135
Da conclusão a prolação de sentença	7	6
Do ajuizamento até a prolação da sentença	102	136

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/8
Embargos de declaração	Recebidos	135	151
	Baixados	149	144
	Pendentes	5	12
Tutela Provisórias	Recebidos	102	110
	Apreciadas	90	101
	Pendentes	4	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	124	80
	Baixados	99	65
	Pendentes	5	12

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/9/2020 a 31/8/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	266	259	14
Recurso adesivo	15	15	-
Agravo de petição	60	55	3
Total	341	329	17

7. DURAÇÃO DO PROCESSO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



ano-base **2020**: **100** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **162** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **123** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8**, é de **125** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e, de **217** dias, para o rito ordinário, perfazendo uma média de **156** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **102** dias, para o ano base **2020** e de **136** dias, relativo a este ano de **2021**, até **31/8**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício **2020**, foi de **206** dias, e de **233** dias, referente ao exercício atual até o dia **31/8**.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontrava-se no **3º** lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de **2020**. Em **2021**, até o mês de agosto, passou para a **4ª** colocação. De se registrar que a média das demais unidades de João Pessoa é de **1.233** dias. Seguem os prazos, em dias, da jurisdição de janeiro a agosto/2021:

Vara do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	3670
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1461
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1233
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1082
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1032
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	958
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	768
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	631
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	233
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	197
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	147
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	146

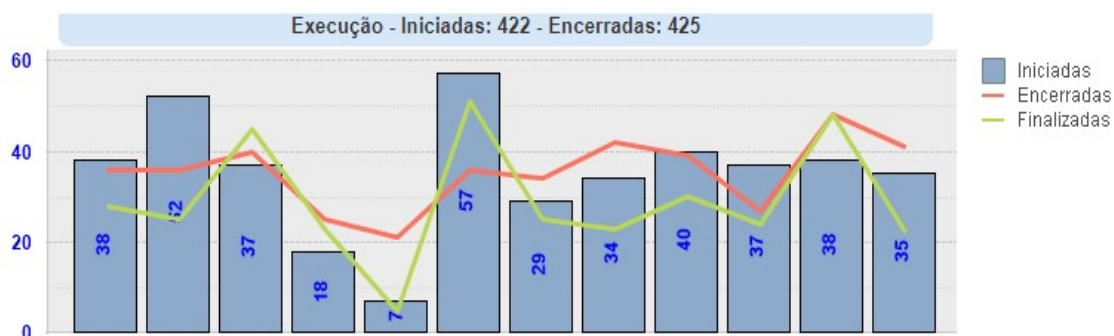
8 FASE DE EXECUÇÃO

(Fonte: e-Gestão e Hórus)



Item	2020	2021 até 31/8
Execuções pendentes no início do período	530	608
Execuções iniciadas	385	277
Desarquivados	136	103
Recebidos de outros Órgãos	36	2
Execução de título extrajudicial	6	-
Execuções encerradas	392	288
Remetidos a outros Órgãos	5	3
Processos arquivados provisoriamente	177	125
Execuções pendentes ao final do período	608	636

Observe-se o gráfico contendo a relação entre número de execuções iniciadas e encerradas, por mês, no período correccionado (setembro/2020 a agosto/2021):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)



VALORES PAGOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 31/8
Acordo	R\$ 3.981.261,83	R\$ 3.478.649,09
Espontâneo	R\$ 4.521,92	R\$ 6.263,92
Execução	R\$ 3.226.293,99	R\$ 2.072.991,20
TOTAL	R\$ 7.212.077,74	R\$ 5.557.904,21

VALORES ARRECADADOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 31/8
Custas/Emolumentos	R\$ 104.731,95	R\$ 101.352,38
Contribuição previdenciária	R\$ 1.079.806,06	R\$ 640.825,92
Imposto de renda	R\$ 236.477,22	R\$ 46.507,19
TOTAL	R\$ 1.421.015,23	R\$ 788.685,49

10 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2020 a 31/8/2021		
Item		Quantidade
SISBAJUD		250
INFOJUD		6
SIMBA		-
RENAJUD		132
BNDT	Pendentes (PJe)	287
	Incluídos (PJe)	48

11 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)



Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	85,92%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	103,57%
Unidade Correicionada	85,44%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **576** casos novos (por distribuição) e **534** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **85,44%**.

Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	98,49% dos processos distribuídos até 31/12/2018
Unidade Correicionada	107,88% da Meta 2
	99,25% dos processos distribuídos até 31/12/2018

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,59% da Meta 2
	96,34% dos processos distribuídos até 31/12/2018
Unidade Correicionada	99,31% da Meta 2
	92,36% dos processos distribuídos até 31/12/2018



Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: **39,40% em 2020**

Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	122,04% da Meta 3
	48,01% de índice de conciliação

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: **37,38%**

Unidades de primeiro grau do TRT	103,47% da Meta 3
	39,84% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	112,28% da Meta 3
	43,23% de índice de conciliação

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	77,55%

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	87%
Unidade Correicionada	89,62%



Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2021-01	22	5	319	231	93,55	97,88	95,32
2021-02	59	55	328	244	80,20	80,26	80,22
2021-03	61	27	347	244	70,96	73,72	72,07
2021-04	86	39	349	237	60,49	65,29	62,34
2021-05	64	38	384	243	56,80	59,71	57,89
2021-06	100	27	367	251	48,35	56,79	51,46
2021-07	62	51	385	235	45,89	49,27	47,11
2021-08	65	26	402	231	43,65	46,29	44,58

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
----------------------------------	---------

Unidade Correicionada	105,27%
-----------------------	---------

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
----------------------------------	--------

Unidade Correicionada	75,88%
-----------------------	--------

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, o percentual permaneceu bastante semelhante:

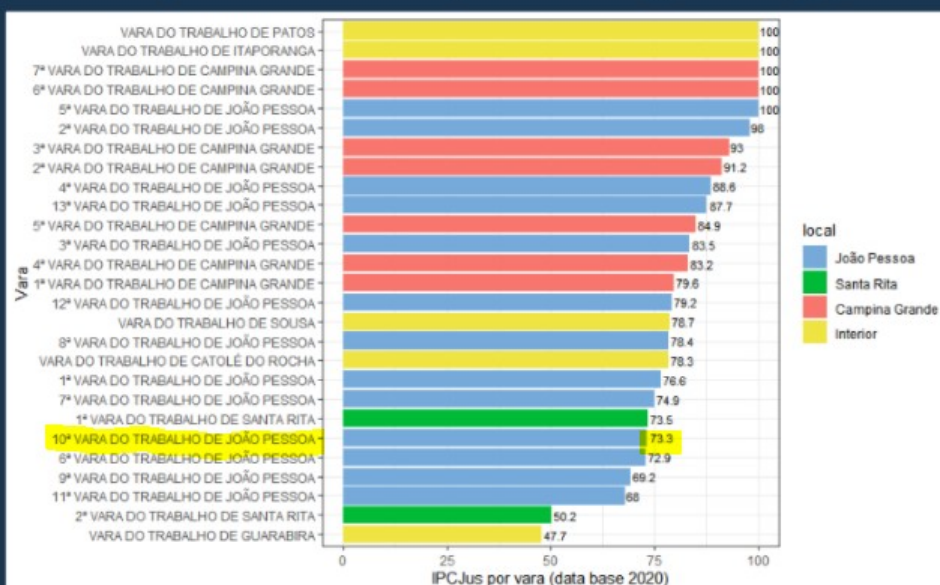


Comparação entre taxas de baixados 2019/2020

VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Variação 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21	-27%

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 73,3%.

IPCJus por vara (data base 2020, metodologia antiga)





Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma considerável redução nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento entre os anos de 2019 e 2020, e, proporcionalmente, aumento dos baixados no ano de 2021 até agosto, enquanto que, na fase de execução, também houve redução entre os anos de 2019 e 2020 e, proporcionalmente, em 2021, a quantidade aumentou um pouco.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/08
Fase de conhecimento	911	525	527
Fase de execução	437	340	268

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)



Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até agosto/2021)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	697
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	679
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	660
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	603
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	575
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	569
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	561
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	557
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	541
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	530
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	527
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	509
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	434

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)



Vara do Trabalho

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até agosto/2021)

Vara do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	620
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	620
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	609
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	601
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	430
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	414
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	388
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	368
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	279
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	268
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	204
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	200
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	198

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **180ª colocação (1º quartil)**, entre as 1570 varas do país. Está na **segunda** colocação entre as varas da jurisdição de João Pessoa e em **sexto** entre as varas do Regional.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total),



a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 10ª Vara de João Pessoa	36º	37º	14º	142º	47º	61º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 10ª	36º	130,3	72,62	228,83



Vara de João Pessoa				
---------------------	--	--	--	--

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 10ª Vara de João Pessoa	36º	669	418	11

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 24/09/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 2020	234º	127º	45º	1.113º	345º	609º
dezembro 2020	188º	133º	36º	785º	302º	537º
março 2021	211º	129º	57º	752º	334º	535º
junho 2021	180º	173º	56º	737º	257º	441º



A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11ª	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª
1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2ª	855ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a agosto de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
136,1 dias	196,7 dias



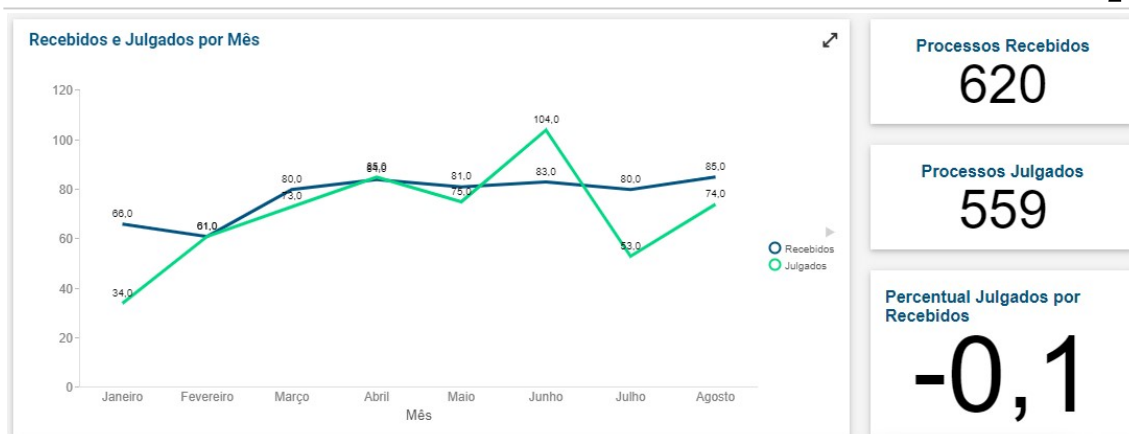
Início ao encerramento da liquidação	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
69,7 dias	209,8 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
209,2 dias	994,4 dias
Início à extinção da execução - ente público	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
453,9 dias	799 dias
Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
510,4 dias	1.045 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a agosto de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 24/09/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
10ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-9,8%	-0,6%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13 AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juíza Titular Adriana Sette da Rocha (Fonte: SUAP e PROAD)

Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 029-0067/2019	3/9/2020 a 22/9/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	23/1/2021 a 11/2/2021	20
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	3/6/2021 a 20/6/2021	18
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO	PROAD nº 23238/2021	21/6/2021 a 27/6/2021	7
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO	PROAD nº 23238/2021	28/6/2021 a 12/7/2021	15
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO	PROAD nº 23886/2021	13/7/2021 a 16/8/2021	35
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO	PROAD nº 25020/2021	17/8/2021 a 24/8/2021	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO	PROAD nº 25337/2021	25/8/2021 a 14/10/2021	51

Juiz Substituto Alexandre Amaro Pereira (Fonte: SUAP e PROAD)



Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 029-0056/2019	28/11/2020 a 17/12/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 6963/2020	8/7/2021 a 27/7/2021	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/9/2020 a 31/8/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encer. Instr.	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Adriana Sette da Rocha	74	81	-	142	6	42	345
Jose Guilherme Marques Junior	-	1	-	6	-	-	7
Lindinaldo Silva Marinho	4	2	-	4	1	-	11
Clovis Rodrigues Barbosa	-	2	1	7	-	-	10
Alexandre Amaro Pereira	171	155	27	229	59	29	620
Karolyne Cabral Maroja Limeira	5	4	1	4	-	-	14
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	3	-	-	-	-	3

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	1	1	2
Jose Guilherme Marques Junior	2	-	-	2
Alexandre Amaro Pereira	92	59	43	194
Alexandre Roque Pinto	-	1	-	1
Adriana Sette da Rocha	54	43	42	139
Clovis Rodrigues Barbosa	5	-	5	10
Lindinaldo Silva Marinho	-	2	1	3
Paulo Roberto Vieira Rocha	-	4	-	4



14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS - SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriana Sette da Rocha	92	27	38	34	1	22	10	10	234
Alexandre Amaro Pereira	172	38	118	41	-	24	15	14	422
Clovis Rodrigues Barbosa	4	-	2	1	-	1	-	-	8
Jose Guilherme Marques Junior	1	-	2	-	-	-	-	-	3
Karolyne Cabral Maroja Limeira	4	1	4	-	-	1	1	1	12
Lindinaldo Silva Marinho	4	-	-	1	-	-	-	1	7
Paulo Nunes de Oliveira	3	-	-	-	-	-	-	1	4

No período correicionado, o(a) Juíza titular laborou 235 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1 processo/dia. O Juiz substituto laborou 280 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,51 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1 Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)



Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	410
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	212
Homologação da Transação Extrajudicial	89
Ação de Cumprimento	18
Consignação em Pagamento	14
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	9
Produção Antecipada da Prova	6
Ação Civil Coletiva	3
Embargos de Terceiro Cível	2
Ação Civil Pública Cível	1
Reintegração / Manutenção de Posse	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
Karolyne Cabral Maroja Limeira	3	60%
Jose Guilherme Marques Junior	1	50%
Alexandre Amaro Pereira	142	91,03%
Adriana Sette da Rocha	62	95,38%
Clovis Rodrigues Barbosa	2	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Adriana Sette da Rocha	233
Alexandre Amaro Pereira	490
Clovis Rodrigues Barbosa	8
José Guilherme Marques Júnior	3
Karolyne Cabral Maroja Limeira	12
Lindinaldo Silva Marinho	9
Paulo Nunes de Oliveira	4



16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 5 dias

Magistrado	Dias
Adriana Sette da Rocha	2
Alexandre Amaro Pereira	7
Clovis Rodrigues Barbosa	6
José Guilherme Marques Júnior	46
Karolyne Cabral Maroja Limeira	3
Lindinaldo Silva Marinho	1
Paulo Nunes de Oliveira	2

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 15/06/2021.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 31/08/2021, os seguintes pagamentos:



Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 334.457,12
Devolução ao reclamado - conta nova	R\$ 19.186,98
Pagamento ao advogado - conta existente	R\$ 62.332,17
Pagamento ao perito - conta existente	R\$ 3.813,79
Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 421.279,05
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 61.512,54
Recolhimento de custas processuais	R\$ 7.492,90
Recolhimento IR	R\$ 207,38
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 14.740,94
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 20.942,70
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 5,22
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 2.994,65
TOTAL	R\$ 948.965,44

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000973-50.2018.5.13.0029, 0000854-55.2019.5.13.0029, 0000887-45.2019.5.13.0029, 0000794-82.2019.5.13.0029.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.



19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 18 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foi registrada, nos últimos seis meses, nenhuma ocorrência.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;



- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo nos processos 0000973-50.2018.5.13.0029, 0000854-55.2019.5.13.0029, 0000887-45.2019.5.13.0029, 0000794-82.2019.5.13.0029;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).
- f) determinar a remessa dos autos ao arquivo provisório quando exauridas as tentativas de satisfação da dívida sem manifestação do exequente (art. 117 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- g) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- h) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- i) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), e evitar a expedição de ofícios ao Serasa, quando a determinação pode ser realizada eletronicamente, fato não ocorrido, por exemplo, no processo 0000905-66.2019.5.13.0029;



j) determinar a suspensão/sobrestamento por decisão judicial de processos que aguardam retorno de processo principal/ disponibilização de quantia, a exemplo dos processos 0000837-19.2019.5.13.0029, 0000336-65.2019.5.13.0029;

l) quando do julgamento de incidentes de desconconsideração da personalidade jurídica, observar se o processo foi movimentado para o fluxo correto, a fim de que seja prolatada sentença e, não, decisão de natureza geral, evitando-se o ocorrido, por exemplo, no processo 0000793-97.2019.5.13.0029

Ao Diretor de Secretaria

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;

d) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;

e) orientar a equipe a utilizar a funcionalidade própria do PJe para registro de impedimentos/suspeições, evitando-se a inclusão, tão-somente, de alertas, a exemplo do processo 0000672-06.2018.5.13.0029.

Aos servidores

a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0001014-17.2018.5.13.0029,



0000806-33.2018.5.13.0029, 0000792-90.2019.5.13.0004, por exemplo, bem como proceder aos registros com atenção, evitando-se lançamentos em duplicidade ou valores que não dizem respeito ao processo, a exemplo do processo 0001016-84.2018.5.13.0029;

b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;

c) utilizar a funcionalidade própria do PJe para registro de impedimentos/suspeições, evitando-se a inclusão, tão-somente, de alertas, a exemplo do processo 0000672-06.2018.5.13.0029;

d) quando da conclusão para julgamento de incidentes de desconconsideração da personalidade jurídica, ter atenção quanto ao fluxo correto, a fim de que sejam conclusos os processos para sentença e, não, decisão de natureza geral, a fim de evitar o ocorrido, por exemplo, no processo 0000793-97.2019.5.13.0029.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor ressalta que a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece funcionando em plena regularidade, sempre buscando a otimização de rotinas procedimentais, a fim de acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para o Regional, o que é claramente evidenciado pela iminência do cumprimento parcial das Metas do CNJ 2/2021 (**99,31%**), atingida em 2020 (**107,88%**).

O Corregedor destaca, com satisfação, o ótimo índice de conciliação (**43,23%**), superior à meta do Regional (**38,5%**) para este ano de 2021, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de **112,28%**, que também foi alcançada no exercício de 2020 (**122,04%**), pelo que



parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Registra o Corregedor que a Meta 5/2021 vem alcançando o percentual **89,62%** e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **93,55%** em janeiro para **43,65%** em agosto – e de execução – de **97,88%** em janeiro para **46,29%** em agosto – o que demonstra o comprometimento da unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,40%** na fase de conhecimento e de **65,12%**, na fase de execução.

Por outro lado, constata o número expressivo de processos aguardando a primeira audiência - **203** processos, impactando diretamente no cumprimento da Meta 1/2021, cujo índice se encontra na ordem de **85,44%**, recomendando-se a inclusão de processos em pautas iniciais e de conciliação. Reconhece e parabeniza, noutro norte, o empenho do Juiz Substituto Alexandre Amaro Pereira que, diante das ausências da Juíza Titular desde o início de junho, tem mantido as pautas de audiências com regularidade.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação e o comprometimento da equipe em fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que



deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DA-e e DEJT, e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



VISTOS

0001517-72.2017.5.13.0029	0000367-22.2018.5.13.0029	0001092-11.2018.5.13.0029
0000513-29.2019.5.13.0029	0000574-21.2018.5.13.0029	0000857-10.2019.5.13.0029
0000337-37.2020.5.13.0022	0000501-44.2021.5.13.0029	0000522-54.2020.5.13.0029
0000578-24.2019.5.13.0029	0000382-28.2017.5.13.0028	0000908-21.2019.5.13.0029
0000445-45.2020.5.13.0029	0000557-14.2020.5.13.0029	0000793-97.2019.5.13.0029
0000540-80.2017.5.13.0029	0000168-29.2020.5.13.0029	0000748-56.2020.5.13.0030
0000705-93.2018.5.13.0029	0000768-21.2018.5.13.0029	0000161-09.2020.5.13.0006
0001061-88.2018.5.13.0029	0000952-74.2018.5.13.0029	0000211-63.2020.5.13.0029
0000219-74.2019.5.13.0029	0000679-61.2019.5.13.0029	0000837-19.2019.5.13.0029
0001229-27.2017.5.13.0029	0001016-84.2018.5.13.0029	0000236-76.2020.5.13.0029
0000336-65.2019.5.13.0029	0001673-60.2017.5.13.0029	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000868-73.2018.5.13.0029	0000407-38.2017.5.13.0029	000215-08.2017.5.13.0029
0000771-10.2017.5.13.0029	0000017-68.2017.5.13.0029	0000113-44.2021.5.13.0029
0001014-17.2018.5.13.0029	0000301-79.2017.5.13.0028	0000905-66.2019.5.13.0029
0000806-33.2018.5.13.0029	0000792-90.2019.5.13.0004	0000484-47.2017.5.13.0029
0000138-96.2017.5.13.0029	0001005-27.2019.5.13.0027	0000076-23.2020.5.13.0006
0001305-51.2017.5.13.0029	0000672-06.2018.5.13.0029	0001001-87.2019.5.13.0027